



FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES CONSULTA PÚBLICA Nº 03/2020 - de 20/07/2020 a 02/09/2020

NOME: Petrobras Distribuidora S/A

<input checked="" type="checkbox"/> agente econômico <input type="checkbox"/> consumidor ou usuário		<input type="checkbox"/> representante órgão de classe ou associação <input type="checkbox"/> representante de instituição governamental <input type="checkbox"/> representante de órgãos de defesa do consumidor
Consulta Pública sobre a minuta de Resolução que estabelecerá as especificações do diesel verde e as obrigações quanto ao controle de qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializem esse combustível no território nacional.		
ARTIGO DA MINUTA		JUSTIFICATIVA
AArt. 5º	O biodiesel de base parafínica produzido a partir das rotas descritas no art. 2º pode ser adicionado ao diesel A e/ou ao biodiesel de base éster para formulação do diesel B, em qualquer proporção, sendo assegurado o percentual compulsório de combustível renovável, podendo a mistura resultante ser destinada a veículos dotados de motores do ciclo diesel.	Possibilidade do reconhecimento do Diesel Verde como um biodiesel segundo a Lei 9478/97 (XXV - Biodiesel: biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil. Vale ressaltar que cabe ao Conselho Nacional de Política Energética, baseado no art. 2º, XI, definir diretrizes para comercialização e uso de biodiesel e estabelecer, em caráter autorizativo, quantidade superior ao percentual de adição obrigatória fixado em lei específica.
Art.5º § 1º	§ 1º É vedado o uso da mistura composta por diesel A e diesel verde, com biodiesel no teor compulsório	Entendemos que o disposto no §1º impede tanto a utilização do diesel verde em substituição ao biodiesel FAME, bem como o uso de Diesel Fóssil com conteúdo renovável (coprocessamento). Entende-se que este texto gera uma reserva de mercado para o biodiesel FAME, o que contraria a redação da Lei 9478/97, que estimula tanto o uso de biocombustíveis, bem como a substituição do Diesel Fóssil pelo produto renovável, como é o Diesel Verde. Logo, não há razão para impedir o uso do Diesel Verde como um substituto ao biodiesel, sendo sugerida a alteração da redação para alterar a comercialização da mistura binária, considerando o Diesel Verde e o biodiesel ou exclusão do parágrafo.

ART 8º	Caso a mistura tratada no art. 5º contenha biodiesel de base éster, esta somente poderá ser formulada pelo distribuidor de combustíveis líquidos autorizados pela ANP.	Recomendamos que seja restringida a mistura ternária ao distribuidor, visto que a aquisição do biodiesel é exclusiva a este agente da cadeia.
ART 9º	O distribuidor de combustíveis líquidos, ao realizar a mistura composta por diesel A e biodiesel, seja de base parafínica ou de base éster, deve garantir a qualidade da mistura e emitir o boletim de conformidade de amostra representativa, cujos resultados dos ensaios devem atender aos limites estabelecidos na especificação ANP vigente para o óleo diesel B.	<p>A atividade de distribuição de combustíveis foi regulada pela Resolução ANP nº 58/14, que prevê em seu art. 1º, que cabe ao distribuidor a <u>mistura dos combustíveis líquidos</u>:</p> <p>Art. 1º Ficam estabelecidos, pela presente Resolução, os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos e a sua regulamentação.</p> <p>Parágrafo único. A atividade de distribuição de combustíveis líquidos é considerada de utilidade pública e compreende aquisição, armazenamento, <u>mistura</u>, transporte, comercialização e controle de qualidade de combustíveis líquidos. (grifo nosso)</p> <p>Da mesma forma, a definição de agentes econômicos pela ANP, quais sejam produtores, distribuidores e revendedores, buscam assegurar a livre concorrência no mercado.</p> <p>Nesse mesmo diapasão, a Lei 12.529/11 criou o SBDC (Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência) que tem como um dos objetivos principais assegurar a livre concorrência, como dispõe o art. 1º da Lei 12.529/11, de 30 de novembro de 2011.</p> <p>Art. 1º Esta Lei estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.</p> <p>Em relação à produção nacional do Diesel Verde, conforme divulgado em julho de 2020, a Petrobras concluiu os testes de produção do diesel com conteúdo renovável pela metodologia do coprocessamento.</p> <p>Ainda, segundo manifestação do Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos - SBQ no Webinar "HVO e Biocombustíveis avançados: o que esperar para os próximos anos", disponível em https://youtu.be/PfzXPU8mOm8, não foi registrado nenhum pedido de autorização por empresas para a produção nacional de biodiesel de base parafínica, ora chamado de Diesel Verde.</p>

		<p>Diante deste fato, a <u>Petrobras permanece como a única produtora do Diesel Verde.</u></p> <p>Com base nos pontos apresentados, ao realizar a leitura do art. 9º da minuta desta Consulta Pública, que permite que o produtor de Diesel A realize a mistura ternária e emita um boletim de conformidade que enquadre o produto conforme a Resolução ANP nº 50/13, nota-se que a ANP</p> <p>(i) contraria a sua própria norma que define que o boletim de conformidade é um documento a ser emitido exclusivamente pelo distribuidor, conforme previsto no art. 8, I da RANP 50/13;</p> <p>Art. 8º Para efeitos desta Resolução define-se: I - Boletim de Conformidade: documento da qualidade, emitido pelo distribuidor, que deve conter os resultados das análises das características do produto definidas no parágrafo 4º do art. 10º, conforme o Regulamento Técnico, parte integrante desta Resolução;</p> <p>(ii) concede ao produtor do Diesel A a permissão de desempenhar a atividade de competência do distribuidor, como já mencionado nesta nota, o que contraria a livre concorrência, visto que a Petrobras, como também demonstrado, <u>é a única produtora do Diesel Verde no Brasil</u> e teria o monopólio de mercado ao atuar na cadeia como produtora e distribuidora.</p> <p>Assim, diante do exposto, sugerimos que seja retirada a menção ao produtor de Diesel A como ente autorização a atuar na mistura dos combustíveis.</p>
ART 9º, parágrafo único	Parágrafo único: Para efeito de fiscalização, a ANP realizará as análises para aferir o atendimento ao teor mínimo compulsório de produto renovável através das normas ASTM 7371 (biodiesel base éster) e ASTM 6866 (biodiesel base parafínica).	<p>No que tange à fiscalização de qualidade dos combustíveis, que é de competência da ANP, a BR apresenta sugestão de metodologia para quantificação do biodiesel de base parafínica, que é a ASTM 6866. Metodologia utilizada nos Estados Unidos e Europa para quantificar o carbono biogênico.</p> <p>Com base nesta norma, associada a ASTM 7371 que é atualmente utilizada para quantificar o teor de biodiesel de base éster no Diesel B, será possível a quantificação da mistura de biodiesel de diferentes bases, permitindo que a distribuidora possa alternar entre o uso do biocombustível de base éster e de base parafínica, sendo assegurado o teor mínimo de conteúdo renovável de 12% no diesel A.</p>

Art. 10	Art. 10. No caso de os ensaios físico-químicos serem realizados por mais de um laboratório, os resultados constantes dos boletins de análises devem ser agrupados em um único documento para composição do certificado da qualidade ou do boletim de conformidade.	A previsão disposta no artigo pode gerar fragilidade acerca da assinatura digital do emissor do laudo, visto que o ensaio não terá sido feito por quem emitiu o laudo. Por este motivo, a sugestão é excluir o artigo integralmente.
Art. 12	O Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) ou a documentação fiscal referente às operações de comercialização realizadas deve indicar o código e descrição do produto estabelecidos pela ANP, conforme legislação vigente, além do número do certificado da qualidade ou boletim de conformidade, conforme o produto comercializado. Parágrafo único. O DANFE ou a documentação fiscal a que se refere o caput deve ser acompanhada de cópia legível do certificado da qualidade biodiesel de base parafínica ou do boletim de conformidade da mistura composta por diesel A, biodiesel de base parafínica OU biodiesel de base éster (redesignada como óleo diesel B), conforme o produto comercializado.	Recomendamos os ajustes de nomenclatura para a caracterização técnica do chamado Diesel Verde como biodiesel de base parafínica, para harmonização ao contexto trazido pela Lei 11.097/2005
ART 14	No caso de importação de diesel verde o ateste do produto será feito por meio de firma inspetora, sem a exigência de recertificação do produto.	Considerando a previsão do parágrafo único e a restrição de laboratórios atestados para a análise de produtos importados, sugere-se que o ateste do produto seja feito por meio de firma inspetora, sem a exigência de recertificação do produto, que não deve sofrer degradação ao longo do processo de importação.
ART 14, parágrafo único	Parágrafo único. Para internação do produto em atendimento ao caput, deverá ser realizada a análise completa do biodiesel de base parafínica no destino.	Recomendamos os ajustes de nomenclatura para a caracterização técnica do chamado Diesel Verde como biodiesel de base parafínica, para harmonização ao contexto trazido pela Lei 11.097/2005.
ANEXO TABELA 1 – ESPECIFICAÇÃO DO DIESEL VERDE: NOTA 1	1. Limite deve ser atendido apenas para biodiesel de base parafínica proveniente de: hidrotratamento de óleo vegetal, gordura animal, ácidos graxos, óleo de algas e resíduos como, por exemplo, óleo de cozinha usado; gás de síntese proveniente de fontes renováveis; processos fermentativos; Para o biodiesel de base parafínica proveniente de oligomerização de álcoois; e hidrotermólise catalítica de ésteres de ácidos graxos e ácidos o resultado deve ser apenas reportado, sem limite especificado.	Recomendamos os ajustes de nomenclatura para a caracterização técnica do chamado Diesel Verde como biodiesel de base parafínica, para harmonização ao contexto trazido pela Lei 11.097/2005.

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: conspub_qualidade@anp.gov.br.